

**Prefeitura Municipal do Natal
Programa Natal do Futuro**



Relatório de Projeto - Anexo 01

Programa de Investimentos da Prefeitura do Natal e Banco Inter-americano de Desenvolvimento





PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA - UGP

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL DE NATAL – PROGRAMA NATAL DO FUTURO

RELATÓRIO DE PROJETO

ANEXO I – POLÍTICAS SETORIAIS – Educação e Assistência Social

NATAL/ RN
Outubro de 2006

1 - EDUCAÇÃO

1.1 Política Municipal

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, compete à Secretaria Municipal de Educação – SME gerenciar, prioritariamente, as etapas do ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental (0 a 14 anos) e as modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Cumprir essa determinação legal constitui-se em um desafio para o município de Natal. Consciente dessa responsabilidade, a SME vem concentrando esforços para expandir o atendimento a essas etapas/modalidades de ensino, tendo em vista a sua universalização.

O município de Natal apresenta um índice de 15,2% da população analfabeta (IBGE-Censo Demográfico 2000).

Em Natal, a população estimada em 2005 (Datusus-2005) de 0 a 14 anos é de 219.902 crianças e a matrícula de 0 a 14 anos é de 122.200 alunos (GAEE/ATPSECD/RN- dados preliminares), o que representa um déficit de atendimento de 55,6%, concentrando, em grande parte na faixa etária de 0 a 6 anos.

A matrícula inicial de Natal, em todas as etapas/modalidades de Ensino em 2005, foi de 240.091 alunos atendidos em 440 estabelecimentos de ensino com um número de 4344 salas. Dividindo-se a matrícula pelo nº de salas de aula, obtém-se 55 alunos por sala, que, se utilizada em dois turnos, ter-se-ia 28 alunos por sala. Como o turno noturno é utilizado pela Educação de Jovens e Adultos–EJA em muitas escolas públicas, o número de alunos por sala diminui consideravelmente. Essa análise procura demonstrar que o parque escolar de Natal é suficiente para atender sua demanda escolar. Porém, a localização dessa oferta é que dificulta o seu acesso. Muitas escolas estão localizadas nas zonas Sul e Leste, onde a população oriunda da classe média não utiliza os serviços públicos de saúde e educação. A grande demanda localizada nas zonas Oeste e Norte, principalmente nas áreas que se expandiram nos últimos dez anos, está sendo atendida em turno intermediário; através do deslocamento em transporte, pago pelo setor público para outras zonas e através da compra de vagas nos estabelecimentos de ensino privados.

Portanto, as políticas implantadas pela Secretaria Municipal de Educação desde o início da década de noventa, visando substituir prédios inadequados por prédios padronizados¹ e construir novos prédios padronizados em áreas onde a população necessita, tem suprido, apesar dos grandes déficits ainda existentes em algumas áreas, uma parte da população desse essencial serviço – EDUCAÇÃO.

A Secretaria Municipal de Educação – SME, criada em 19 de dezembro de 1959, constitui-se em órgão gestor do Sistema Municipal de Ensino. Este, formalizado pelo decreto nº 4.927, de 10 de dezembro de 1992 e submetido à alteração pela Lei nº 5.339, de 26 de dezembro de 2001, em consonância com os princípios da LDB, passou a ser denominado Sistema de Ensino do Município de Natal.

Integram esse sistema a Secretaria Municipal de Educação-SME, o Conselho Municipal de Educação–CME, as unidades escolares, as escolas privadas conveniadas com oferta de Educação Infantil, as creches públicas municipais, as creches privadas conveniadas, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer–SEL, a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social-SEMTAS e Fundação Cultural Capitania das Artes–FUNCART.

Esse sistema, em 2005, era composto de 52 creches municipais, 5 centros de Educação Infantil, 66 escolas municipais e 69 escolas privadas. A matrícula inicial, atendida por esse sistema, foi de 68.849 alunos.

¹ A Secretaria Municipal de Educação constrói prédios escolares, a partir de uma planta padrão, para atender às crianças de 4 e 5 anos (Centro de Educação Infantil) e Ensino Fundamental – Regular e EJA (Escola Municipal) e em fase de elaboração a esta planta padrão que atenderá às crianças de 0 a 5 anos (Complexo de Educação Infantil – 0 a 3 Creche e 4 e 5 Pré-Escola).

1.1 Princípios Norteadores da Educação Municipal

A sociedade vive, hoje, um momento singular. Os avanços científicos e tecnológicos possibilitaram a democratização da informação e o acesso a bens e serviços que intensificam e ampliam as possibilidades de vida e de conhecimento. Entretanto, a exploração desordenada da natureza, o desemprego, o aumento da violência, o acirramento da concentração de renda, tudo isso vem impedindo que os seres humanos usufruam equitativamente dos benefícios conquistados.

Essa complexa realidade, em que se observa a transitoriedade e a provisoriedade dos saberes, põe em evidência o papel insubstituível da educação escolar. Uma educação pautada em valores e princípios universais: solidariedade, respeito às diferenças, preservação e promoção da vida, que desenvolva o educando nos aspectos cognitivo, afetivo e sócio-cultural, propiciando a formação de sujeitos reflexivos, criativos, comunicativos, autônomos e solidários.

Pautada nessas concepções e visando atender aos anseios e necessidades da sociedade contemporânea, a SME sistematiza princípios para a educação municipal nesta década:

- A educação é um direito social;
- todos os seres humanos são capazes de aprender e o fazem em ritmos diferentes;
- uma pedagogia que promova a construção da autonomia é fundamental para o desenvolvimento pleno do educando;
- educação escolar é o espaço propício para a construção de uma cultura solidária de amor à vida, respeito às diferenças e promoção da paz.

Esses princípios estão ancorados nos quatro pilares da educação propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI – UNESCO/1996: Saber Conhecer, Saber Fazer, Saber Conviver e Saber Ser.

Nessa perspectiva, a educação escolar, além do domínio do conhecimento sistematizado e socialmente útil, visa, também, à aquisição dos instrumentos de busca e organização desse conhecimento e ao desenvolvimento de formas e princípios de convivência.

1.2 Educação Infantil

O Plano Nacional de Educação preconiza:

A educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação dos seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos adivindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há “janelas de oportunidade” na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar esse potencial humano.

Além do exposto no Plano Nacional de Educação, constitui marco legal para efeito de garantia do direito à Educação Infantil:

- Constituição Federal de 1988, inciso IV do artigo 208;
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90, em seu artigo 53;
- Lei sobre o Sistema Único de Saúde – SUS 8.080/90;
- Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96;

- Convenções Internacionais;
- Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI/99.

Esse aporte legal entende a criança como um sujeito de direitos, cabendo ao Estado, em parceria com as famílias, responder pela educação das crianças, considerando-as em suas individualidades e diferenças.

A Educação Infantil, reconhecida como etapa inicial da Educação Básica, guarda especificidades em relação aos demais níveis de ensino, que se traduz na indissociabilidade das ações de CUIDAR E EDUCAR, em todos os âmbitos de atuação. Isso inclui uma concepção de responsabilidade compartilhada entre família e poder público, definição de tipos de instituições, volume de serviços oferecidos, horários de funcionamento e as ações que se desenvolvem diretamente com a criança. Essas especificidades conferem uma identidade própria à Educação Infantil que reconhece, conjuntamente, as necessidades e interesses das crianças e suas famílias no contexto atual. Desse modo, a Educação Infantil deve proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens mediadas, de forma integrada, visando ao desenvolvimento das potencialidades infantis em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, moral e social, com base no respeito, na construção da identidade, da autonomia e da cidadania, complementando a ação da família e da comunidade.

Com relação à Educação Infantil, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos no município de Natal é feito através da Rede Pública Federal, Estadual, Municipal e Privada.

Com a criação do Ensino Fundamental em 9 anos, conforme Lei 11.114/05 a Educação Infantil atenderá às crianças de 0 a 5 anos, a partir de 2006.

Em 2005, a matrícula da Educação Infantil na Cidade do Natal foi de 28.211 crianças, sendo 0 a 3 anos (Creche) 5.447 crianças e de 4 a 6 anos (Pré-Escola) 22.764 crianças.

Tabela 1 – Natal: Matrícula Inicial de Educação Infantil, segundo Dependência Administrativa - 2005

Dep. Administrativa	Total		Creche		Pré-escola	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Estadual	120	0,4	0	0,0	120	0,5
Federal	320	1,3	123	2,3	197	0,9
Municipal	9.166	32,4	2.563	47,1	6.603	29,0
Particular	18.605	65,9	2.761	50,6	15.844	69,6
Total	28.211	100,0	5.447	100,0	22.764	100,0

Fonte: SECD/ATP/GAEE – Dados Preliminares

Observando a Tabela 1, constata-se que da população escolarizada na faixa etária de 0 a 6 anos 32,4% é atendida pelo Sistema de Ensino do Município de Natal.

Em 2005, a população estimada (Fonte: DATASUS) para a faixa de 0 a 4 anos é de 69.923, se agregados 28.000 da faixa de 5 e 6 anos (dados estimados pela autora da análise, já que os dados não estão disponibilizados separados e sim na faixa de 5 a 9 anos) tem-se uma população, aproximadamente, de 97.923 crianças na faixa de 0 a 6 anos.

Comparados os dados da população escolarizável de, aproximadamente, 97.923 crianças com a escolarizada de 28.211 crianças, constata-se um déficit de atendimento de 71,2% na referida faixa etária.

Apesar da institucionalização do atendimento da Educação Infantil ter ocorrido na década de sessenta, portanto, desde a criação da Secretaria Municipal de Educação, somente em 1986 foi estabelecida uma política mais voltada a atender a faixa etária de 4 a 6 anos, com a construção do primeiro Centro Municipal de Educação Infantil.

Um ponto a ser considerado é que não há política de apoio do Governo Federal aos municípios, visando ao atendimento e à universalização da Educação Infantil.

Na década de noventa, a Educação Infantil passou a ter uma função pedagógica que visava possibilitar o processo de alfabetização. No último ano da década, a Secretaria Municipal de Educação estava com 3 centros e 35 escolas que ofereciam Educação Infantil, perfazendo um total de 127 turmas e 3.598 crianças atendidas.

A SME, em 2000, criou o Projeto Pré-Escola Para Todos com a finalidade de suprir a demanda excedente nas escolas municipais e centros infantis, através da compra de vagas em escolas particulares. Em 2002, o Conselho Municipal de Educação–CME estabeleceu critérios para a celebração de convênios com instituições, através de Resolução 001/2002–CME de 9 de fevereiro de 2002.

Tabela 2 –Natal Matrícula Inicial de Educação Infantil – 0 a 6 anos, segundo o Local de Atendimento - (Matrículas Mantidas pela SME) - 2005

Local de Atendimento	Matrícula
Escolas e Centros Municipais	3.699
Creches Municipais	5.467
Escolas Privadas (Projeto Pré-escola para Todos)*	7.518
Total	16.684

Fonte: SME/APA- Censo Escolar – Dados Preliminares

Nota*: As matrículas compradas das escolas privadas não foram computadas no INEP/MEC na dependência Municipal e sim na Privada.

Analisando os dados da Tabela 2, constata-se que das 18.605 matrículas da rede particular (Tabela 1) 7.518 matrículas são mantidas pela SME.

Considerando o dado de 9.166 registrado no INEP/MEC da matrícula da rede municipal de ensino, mais as 7.518 incluídas na Rede Particular, que são mantidas através da compra de vagas pela SME, constata-se que o Sistema de Ensino do Município de Natal atende a 16.684 crianças das 28.211 crianças matriculadas nessa etapa de ensino, o que representam 59,1%.

Engajada em resolver o problema da universalização do atendimento à Educação Infantil, a SME busca implementar uma política pública pela infância, estabelecendo parcerias com os diversos segmentos da sociedade. Além dessa medida, pretende construir novos centros escolares, para garantir Educação Infantil, assegurando amplo atendimento à demanda, num ambiente facilitador da aprendizagem. Propõe-se, ainda, oferecer espaços físicos que atendam aos padrões mínimos de qualidade, bem como proporcionar a valorização dos recursos humanos responsáveis por essa etapa de ensino. Para tanto, no Plano Plurianual- PPA 2006 a 2009 estão previstas a construção de 12 centros de Educação Infantil e o Plano de Educação do Município de Natal para o decênio de 2005-2014 tem como objetivos e metas:

- Ampliar a oferta de vagas para a Educação Infantil de 0 a 5 anos, atendendo:
 - 30% da população infantil de 0 a 3 anos, em até 5 anos e 50%, em até 10 anos;
 - 60% da população infantil de 4 a 5 anos, em até 5 anos e 80%, em até 10 anos.
- Firmar parcerias e convênios, anualmente, com instituições de ensino para o atendimento ao excedente da Educação Infantil da rede municipal. Deve-se ressaltar que este objetivo com a implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, no cenário nacional, a política de atendimento será redimensionada para a redução gradativa, a partir de 2007, das dotações orçamentárias para a compra de vagas e aumento de recursos para a construção de centros de Educação Infantil, portanto, as parcerias e convênios tendem a diminuir com a construção de novos centros.

- Assegurar, com base nas diretrizes nacionais, a incorporação gradativa das creches municipais à SME. Quanto a esse objetivo, a partir de 2006, o Governo Federal estabeleceu que as creches deixam o Ministério da Assistência Social e emigraram para o Ministério da Educação. Assim sendo, até agosto de 2006 as creches municipais passam a ser administradas pela SME, que também receberá os recursos antes destinados à Assistência Social.
- Construir e equipar centros de Educação Infantil, nas escolas de maior demanda populacional, com infra-estrutura adequada à faixa etária e aos portadores de necessidades educativas especiais, considerando:
 - ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, as diferentes linguagens e o brincar;
 - mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados às características das crianças dessa etapa de ensino.
- Adaptar, em três anos, os prédios dos Centros de Educação Infantil e das escolas que possuem salas de Educação Infantil, conforme os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos pelos órgãos competentes;
- Adquirir mobiliário e equipamentos adequados a um trabalho de qualidade na Educação Infantil;
- Oferecer condições para a permanência da criança na Educação Infantil, garantindo:
 - a aquisição, em até 3 anos, de materiais didático-pedagógicos e brinquedos adequados à proposta curricular;
 - o estabelecimento de parcerias com outras secretarias, instituições e organizações da sociedade civil envolvidas no atendimento dos direitos e necessidades de criança em ações de : Assistência Social, Cultural, Lazer, Saúde, Trabalho e Justiça para manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças da Educação Infantil;
 -
 - a adoção progressiva do atendimento, em tempo integral, para as crianças de 0 a 5 anos;
 - a ampliação da merenda escolar, em quantidade suficiente, para todas as crianças da Educação Infantil, disponibilizando os recursos necessários de forma a atender às necessidades nutricionais de cada faixa etária.
- Oferecer formação continuada a todos os educadores que atuam na Educação Infantil.

Por fim, a partir de 2006, a SME será responsável pela administração de toda a Educação Infantil gerenciada pela Prefeitura Municipal do Natal. Para tanto, iniciou a elaboração da concepção pedagógica e arquitetônica de um centro de educação infantil que atenderá as crianças de 0 a 5 anos e garanta o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral da criança e que considere a indissociabilidade entre o CUIDAR e o EDUCAR, complementando a ação da família e da comunidade, como tão bem define sua diretriz para essa etapa de ensino.

1.3 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental – segunda etapa da Educação Básica – oferecido pelo Sistema de Ensino do Município de Natal, do qual faz parte a Secretaria Municipal de Educação é através das modalidades regular e supletiva (Educação de Jovens e Adultos).

Em Natal, a população estimada de 7 a 14 anos em 2002 (Quadro 1) foi de 113.413 e a matrícula de 104.248 alunos o que representou uma taxa de escolarização líquida de 91,9%, que aponta um déficit no atendimento de 8,1 nessa faixa etária. Comparados os dados de 2002 com 2000 (IBGE – Censo 2000), observa-se uma diminuição na taxa da escolarização líquida da população de 7 a 14 anos, o que significa dizer que muitas crianças ficaram fora da escola em 2002.

Quadro 1 – Natal: ensino fundamental - população escolarizável e escolarizada de 7 a 14 anos e taxa de escolarização líquida –2000 e 2002

Ano	População Escolarizável	População Escolarizada	
		Abs	%
2000	109.988	106.443	96,8
2002	113.413	104.248	91,9

FONTE: IBGE – Censo Demográfico e Contagem Populacional

MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários. SECD/ATP – Censo Escolar

Quadro 2 – Natal: ensino fundamental - população escolarizável de 7 a 14 anos matrícula inicial e taxa de escolarização bruta -natal 2000 e 2002

Ano	População Escolarizável	Matrícula Inicial	
		Abs	%
2000	109.988	148.126	134,7
2002	113.413	131.922	116,3

FONTE: IBGE – Censo Demográfico e Contagem Populacional

MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários. SECD/ATP – Censo Escolar

Analisando o Quadro 2, observa-se uma taxa de escolarização bruta de 116,3% em 2002. Esse dado aponta para a existência de uma sobrematrícula, ou seja, a existência de alunos com mais de 14 anos matriculados no ensino fundamental, o que indica a distorção idade / serie.

Em 2005, a distorção idade / serie ou ano do ensino fundamental das escolas municipais foi de 29,0%, tal fato pode ser explicado a partir de duas hipóteses: o retardo da entrada do aluno no ensino fundamental ou a reprovação e o abandono.

Tabela 3 – Natal: Matrícula inicial do ensino fundamental e taxa de participação, segundo dependência administrativa – 2005

Dep. Administrativo	Matrícula Inicial	
	Abs	%
Estadual	49.513	42,2
Federal	0	-
Municipal	39.910	34,0
Particular	27.996	23,8
Total	117.419	100,0

Fonte: GAEE /ATP / SECD / RN – Dados Preliminares

Constata-se na Tabela 3 que a Matrícula Inicial do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Educação foi de 39.910 matrículas, o que representa 34,0% das matrículas feitas na cidade de natal. Um dado a destacar é que dessas matrículas 4.589 são de repetentes o que representou 11,5% das matrículas efetuadas.

Tabela 4 – Natal: abandono, segundo dependência administrativa, ensino fundamental -2004

Dep. Administrativa	Abandono	
	ABS	%
Estadual	7.381	14,2
Federal	0	5,7

Municipal	2.229	0,7
Particular	180	8,4
Total	9.790	

Fonte: SECD/GAEE – Dados Preliminares

Analisando a Tabela 4, comprova-se que a Taxa de Abandono de 5,7% dos alunos matriculados em 2004 nas escolas municipais de Natal representa 61,3% abaixo da Taxa de Abandono da Rede Estadual de Ensino, o que possibilita a conclusão de que as políticas implementadas pela prefeitura de natal e pelo governo do estado (Tributo à Criança e Bolsa Escola), objetivando a permanência do aluno na escola, tem obtido êxito.

Tabela 5 – Natal: Aprovado, segundo Dependência Administrativa, Ensino Fundamental - 2004

Dep. Administrativa	Aprovado	
	Abs	%
Estadual	35.715	68,9
Federal	0	-
Municipal	31.169	79,6
Particular	24.190	94,4
Total	91.074	78,1

Fonte: SECD/GAEE – Dados Preliminares

A Taxa de Aprovação de 79,6% da dependência municipal se compara com a Taxa de Aprovação da estadual de 68,9. A municipal aprova 10,7% a mais do que a estadual, embora que ainda tenha um desperdício (abandono = 5,7% + 14,7) de 20,4%, o que representa dizer que 7.994 alunos matriculados em 2004 não obtiveram sucesso (Tabela 4 + Tabela 6).

Tabela 6 – Natal: Reprovado – Segundo Dependência Administrativa, Ensino Fundamental -2004

Dep. Adminisitrativa	Reprovação	
	Abs	%
Estadual	8.764	16,9
Federal	0	-
Municipal	5.765	14,7
Particular	1.257	4,9
Total	15.786	13,5

Fonte: SECD/GAEE – Dados Preliminares

Em 2002, a participação da matrícula do Ensino Fundamental das escolas municipais foi de 31,2%. Em 2005, esse dado passou para 34,0%. O que comprova o esforço da Secretaria Municipal de Educação em ampliar o seu atendimento, observando a sua responsabilidade constitucional. Comparando o dado de 1995 de 21,5% da participação da Rede Municipal de Ensino com o de 2005 de 34,0%, comprova-se quão grande foi e tem sido o esforço da Instituição em busca do referido objetivo.

Pelo exposto, pode-se observar que a SME tem por diretriz a universalização do atendimento do Ensino Fundamental. Nesse sentido, assegurar e garantir o acesso do aluno à escola e nela a sua permanência com sucesso é um dos grandes desafios do município de natal.

Além da busca de universalização do atendimento, a Rede Municipal de Ensino tem procurado combater os altos índices de abandono e a distorção idade/série, que contribuem para aumentar o

analfabetismo funcional e a exclusão social. Para enfrentar essa problemática, a SME realizou, em 1999, uma experiência piloto de Aceleração da Aprendizagem, em 20 escolas. Em 2000, houve a expansão dessa experiência para todas as escolas da rede e o início da Organização da Escolaridade em Ciclos, regulamentado pela Resolução 001/01, art. 14 do Conselho Municipal de Educação, publicada no Diário Oficial de 22 de junho de 2001.

Organizar a escolaridade em Ciclos compreende não somente buscar soluções para os problemas apontados acima, mas implica a ressignificação no modo de conceber e organizar o processo educativo, tendo por fundamento as abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento humano e aprendizagem. Nesse sentido, a Organização da Escolaridade em Ciclos tem por princípios o respeito aos ritmos de aprendizagem próprios de cada sujeito e o reconhecimento de que todos são capazes e têm direito a aprender, favorecendo, desse modo, a inclusão e a democratização das oportunidades educacionais.

Apoiado nos mesmos princípios que regem os Ciclos, o Programa Classes de Aceleração visa assegurar ao aluno multirrepetente o domínio progressivo da leitura e da escrita e dos demais conhecimentos que possibilitem a continuidade da sua vida escolar. Com essa intenção, procura resgatar a autoestima do aluno e o seu desejo de aprender a aprender.

Essas inovações educacionais vêm sendo incorporadas em ritmos diferentes, tanto pelos educadores quanto pelos educandos que compõem os vários segmentos do Sistema de Ensino do Município de Natal. Respeitando esse processo, a SME compreende que a aprendizagem e a incorporação das mudanças sócio-educacionais ocorrem através de resistências, desequilíbrios e assimilações gradativas e diferenciadas. Por essa razão, no seu programa de formação permanente e continuada, vem contemplando debates sobre temas que possibilitem a reflexão e a melhoria da prática docente.

Diretrizes

Comprometida com essas responsabilidades institucionais, a SME propõe as seguintes diretrizes para o Ensino Fundamental:

- Universalização do Ensino Fundamental, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar;
- Garantia dos padrões mínimos de qualidade para o funcionamento da rede;
- Atualização dos programas e currículos, em face dos avanços em Educação, Ciência e Tecnologia, propiciando o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

Objetivos e Metas

- Universalizar, com equidade e qualidade, as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pleno do aluno;
- Efetivar a expansão de matrícula no Ensino Fundamental para a população entre 6 e 14 anos, no prazo de 3 anos, em regime de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, da Cultura e dos Desportos do Rio Grande do Norte-SECD/RN;
- Implantar, gradativamente, o ensino em tempo integral, como experiência piloto, em escolas da rede municipal de ensino;
- Fortalecer as parcerias entre as instituições públicas e privadas, abrindo espaço à participação da comunidade em atividades pedagógicas, sócio-culturais, artísticas e desportivas;
- Assessorar a elaboração e a implementação da Proposta Pedagógica em 100% das escolas da rede municipal até o segundo ano da execução do PME, devendo as escolas que serão criadas elaborarem, ainda no primeiro ano o funcionamento, sua Proposta Pedagógica;
- Regularizar o fluxo escolar, combatendo a repetência e a distorção idade/série, reduzindo em 50% esses índices, nos primeiros quatro anos de vigência do Plano;

- Reelaborar e implementar as orientações curriculares para o Ensino Fundamental com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no prazo de dois anos;
- Produzir, coletivamente, material didático-pedagógico, contemplando aspectos teóricos, reflexão da prática e relatos de experiência;
- Garantir a estrutura física das escolas e a sua manutenção, de acordo com os padrões mínimos de qualidade, atendendo à demanda e às necessidades pedagógicas;
- Criar e implementar laboratórios de informática, bibliotecas e salas de leitura com acervos atualizados, em todas as escolas da rede municipal de ensino, até o final da década;
- Estabelecer um processo de avaliação e monitoramento para as escolas da rede municipal de ensino com instrumentos capazes de diagnosticar e avaliar o ensino-aprendizagem;
- Apoiar e incentivar as manifestações culturais e esportivas, mediante o desenvolvimento de projetos e atividades integrados ao currículo, que contemplem as diversas linguagens.

1.4 Modalidades de Ensino

1.4.1 Educação de Jovens e Adultos – EJA

Diagnóstico

A Constituição Federal de 1988 garante o direito ao Ensino Fundamental público e gratuito, independentemente de idade, e responsabiliza os poderes públicos por sua oferta universal. Isso gerou expectativas de que a Educação de Jovens e Adultos – EJA deixasse de ocupar lugar secundário na hierarquia de prioridades das políticas educacionais e passasse a receber investimentos crescentes. Mais de uma década depois, documentos de legislação e política educacional continuam reivindicando a ampliação dos fundos públicos para o financiamento da Educação de Jovens e Adultos.

A LDB nº 9.394/96, nos seus artigos 37 e 8, dá à EJA uma dignidade própria, incluindo-a na Educação Básica como modalidade do Ensino Fundamental.

A EJA foi criada para atender a parcela significativa da população que não concluiu o Ensino Fundamental nas idades previstas na Lei e se constitui em uma das alternativas educacionais que vem mobilizando Estado e sociedade civil na busca de formulação de políticas, visando atender às reais necessidades do conjunto da população demandatária dessa modalidade de ensino. Isso possibilita à EJA contribuir para equalização de oportunidades de inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho e na vida social, com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida. Segundo preconiza a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Jovens e Adultos, de 1997, no Parecer CEB nº 11/2000:

(...) a alfabetização, concedida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (...) O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida.

Em consonância com esses princípios, o município de Natal vem demonstrando uma preocupação com a escolarização dos jovens e adultos, em especial no que se refere à sua alfabetização, desde a efervescência dos anos 60, com a campanha De pé no chão também se aprende a ler.

Com o golpe militar de 1964, os Programas de Alfabetização e Educação Popular, desenvolvidos entre 1961 e 1964, foram vistos como uma ameaça à ordem estabelecida e, por isso, seus promotores foram reprimidos. Poucas foram as ações de Educação de Jovens e Adultos que sobreviveram.

No pós 64, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL que não alcançou o objetivo de erradicar o analfabetismo no país, sendo substituído pela Fundação Educar, não mais como órgão executor, mas de fomento. Nesse período, o município de Natal executou os projetos Saber e Ascensão, que receberam um suporte financeiro da Educar. Posteriormente, esses projetos foram incorporados ao Programa Municipal de Educação Popular – PROMEP. Este programa esteve em funcionamento em espaços cedidos pela comunidade e em salas de aula das escolas da rede municipal. No início da década de noventa, parte da demanda da EJA foi absorvida pela rede municipal de ensino, iniciando-se o processo de institucionalização dessa modalidade de ensino.

Visando ampliar as oportunidades educacionais para jovens e adultos, em 1998, a SME implantou o Projeto Acreditar, nos níveis I e II e, no ano de 2001, o projeto foi ampliado para os níveis III e IV, atendendo a um contingente de 12.130 alunos, conforme Quadro 3. Nesse mesmo ano, o Projeto Acreditar foi reconhecido como integrante do Sistema de Ensino do Município de Natal, tornando-se uma política pública, referendada pela Resolução nº 001/01 CME, na seção III, artigos 19 e 24.

Quadro 3 – Natal: educação de jovens e adultos – matrícula inicial por nível de ensino, rede municipal de ensino – 2001-2005

Níveis	Matrícula Inicial	
	2001	2005
I	1.371	1.395
II	1.983	2.122
III	4.568	4.881
IV	4.258	4.148
Total	12.130	12.546

Fonte: SME/APA – Censo Escolar – 2001/2005

Um aspecto que merece ser destacado refere-se à questão dos indicadores de desempenho da EJA, no município de Natal, pois os dados do Boletim Estatístico da SME (2004) mostram uma Taxa de Abandono na ordem de 48,0% e de reprovação de 16,8%, portanto, uma taxa de desperdício de 64,0%, conforme registros na Tabela 7.

Tabela 7 = Natal: educação de jovens e adultos - indicadores de desempenho por nível de ensino -2004

Nível	Ap%	Desperdício		
		Rp%	Ab%	Total
I	31,4	26,2	42,5	68,7
II	30,6	24,9	44,5	69,4
III	30,4	13,9	55,6	69,5
IV	47,1	10,0	42,9	52,9
Total	36,0	16,0	48,0	64,0

Fonte: SME/APA – Censo Escolar – 2004

Analisando a Tabela 7, verifica-se que, apesar dos esforços, permanecem altas as estatísticas de abandono.

Uma das metas da SME, para o quadriênio 2001-2004, objetiva erradicar o analfabetismo em cooperação com outras instituições: Serviço Social da Indústria-SESI, Serviço Social do Comércio-SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, Centrais Sindicais,

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura–UNESCO, Universidade Federal do Rio Grande do Norte–UFRN, Banco do Brasil, Organizações não-governamentais–ONGs, Igreja, entre outras.

Nesse sentido, no ano de 2001, firmou convênio com a UFRN, através da Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, para a execução do projeto Redução do Analfabetismo, com a proposta de garantir a continuidade na oferta do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, na faixa etária a partir de 15 anos. No ano de 2002, o projeto atendeu um contingente de 4.500 jovens e adultos, dividido em dois semestres letivos. Em 2003, esse atendimento foi ampliado para 10.000 alunos, com apoio do Governo Federal, através do programa Brasil Alfabetizado.

Com esse investimento, a SME enfrenta o desafio de proporcionar a educação básica de modo eficaz, na perspectiva de erradicação do analfabetismo, bem como na elevação do nível de escolaridade, cumprindo o seu dever constitucional, articulada com a sociedade civil.

Diretriz

- Implementação de uma política de Educação de Jovens e Adultos–EJA, na rede municipal de ensino;

Objetivos e Metas

- Implementar o programa municipal de Redução do Analfabetismo, alfabetizando, em 5 anos, 50% da população analfabeta jovem e adulta e, em 10 anos, chegar ao analfabetismo zero;
- Ampliar a oferta de vagas na rede municipal de ensino, assegurando a continuidade de estudos aos egressos do programa Redução do Analfabetismo;
- Realizar, em 2006, diagnóstico da população escolarizável, visando elaborar programa curricular compatível com as necessidades da população jovem e adultos;
- Implantar propostas metodológicas diversificadas que atendam às necessidades de jovens e adultos, independentemente de sua disponibilidade de horário para frequentar as aulas, reduzindo os desperdícios da EJA
- Integrar os programas de Educação de Jovens e Adultos a programas de educação profissional, buscando parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, na perspectiva da formação permanente;
- Incluir, sistematicamente, nas propostas pedagógicas, procedimentos metodológicos que envolvam atividades culturais, lúdicas e esportivas;
- Assegurar à escola elaboração de materiais didático-pedagógicos compatíveis com a realidade dos alunos.

1.4.2 Educação Especial

Diagnóstico

Conforme registro do PNE (2001, p.78)

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais. Estas podem ser de diversas ordens visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se essa estimativa se aplicar também ao Brasil, teremos cerca de 15 milhões de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Essa demanda propiciou a criação de classes especiais nos sistemas educacionais de alguns estados brasileiros, na década de setenta, visando a um atendimento diferenciado, ao agrupar alunos com deficiências comuns. Apesar de se constituir em um avanço, as classes especiais continuaram segregando o portador de necessidades especiais, dificultando a sua progressão no Ensino Fundamental e a sua inserção no Ensino Médio e Superior.

Aos poucos, porém, esse quadro vem se modificando, tanto em consequência dos avanços nos estudos sobre desenvolvimento humano e aprendizagem, como também pelo reconhecimento legal dos direitos sociais dessa parcela da população.

A constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 208, inciso III, preconiza “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir de então, foram regulamentadas as leis que vieram reestruturar os sistemas de ensino e proporcionar oportunidades de formação aos portadores de necessidades educacionais especiais. Destacam-se a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio a pessoas com deficiência, no tocante à sua integração social, e que assegura o pleno exercício dos seus direitos individuais; a Lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação, contemplando 27 objetivos e metas para a Educação Especial e a Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Com esse conjunto legal, o Sistema de Ensino do Município de Natal adotou a política de inclusão, regulamentada pela Resolução nº 01/96 do Conselho Municipal de Educação, tendo por princípio o

direito de todos à educação escolar e a concepção de que todos são capazes de aprender, embora em ritmos diferenciados.

Além da inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes de ensino regular, a Secretaria Municipal de Educação providencia o encaminhamento desses alunos, quando necessário, para instituições conveniadas que oferecem acompanhamento especializado, de acordo com as necessidades específicas. Embora sejam adotadas essas providências, o acompanhamento especializado nem sempre é satisfatório, em virtude da ausência de conscientização da família sobre as possibilidades de desenvolvimento do aluno e da insuficiência de vagas nas instituições conveniadas para esse fim.

Em 2005, a rede municipal de ensino atendeu 440 crianças com necessidades Educativas Especiais sendo: 8 crianças na Educação Infantil, 379 no Ensino Fundamental e 53 na Educação de Jovens e Adultos. (SME/APA – Boletim Estatístico 2005)

Diretriz

- Implementação de uma política de inclusão que contemple programas de atendimento específico ao aluno com necessidades educativas especiais e de serviços de apoio especializado.

Objetivos e Metas

- Assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes de ensino regular;
- Implantar e dinamizar salas de apoio pedagógico com professor especializado e com recursos psicopedagógicos;
- Criar, em 5 anos, centros especializados de atendimento aos portadores de necessidades especiais, constituído de uma equipe multidisciplinar – assistente social, psicólogo, psicopedagogo, arte educador, fonoaudiólogo, psicomotricista, terapeuta ocupacional, neuropediatra, otorrino e fisioterapeuta – estabelecendo parcerias com ONGs e instituições das áreas de saúde, cultura e assistência social.
- 4. Implantar, até 2007, a educação bilíngüe para os surdos, garantindo, na rede municipal de ensino, interpretes e instrutores de língua brasileira de sinais – LIBRAS;
- Garantir flexibilidade de carga horária, considerando os ritmos diferenciados de aprendizagem;
- Assegurar ao educando com necessidades educativas especiais, que apresente déficit nos resultados de escolarização, a terminalidade do Ensino Fundamental e o seu encaminhamento para a educação profissional, através de histórico escolar que descreva as competências desenvolvidas;
- Incluir os educandos com necessidades educativas especiais nas atividades e eventos culturais, científicos, artísticos e esportivos das escolas públicas e da comunidade;
- Assegurar a eliminação das barreiras arquitetônicas, garantindo a acessibilidade aos espaços educativos;
- Possibilitar parcerias com instituições da área de saúde para atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais sem diagnóstico, que necessitam de exames, cirurgia e / ou acompanhamento especializado;
- Fornecer, em cinco anos, material didático específico e auxílio óptico necessários para os portadores de necessidades educativas especiais;
- Implantar, gradativamente, a partir do primeiro ano deste plano, programas para atender aos alunos com altas habilidades nos aspectos artístico, intelectual e / ou psicomotor;

- Equipar as escolas, em cinco anos, com salas de recursos para auxiliar o professor no atendimento ao portador de necessidades educativas especiais;
- Garantir, em cinco anos, cursos de LIBRAS para alunos e familiares, em parceria com instituições não-governamentais.

1.2 Análise da Educação em Bairros Específicos

1.2.1 Nossa Senhora da Apresentação

O Bairro tem a maior concentração populacional de cidade que é de 56.522 habitantes e uma taxa de analfabetos de 17,1% (IBGE – Censo 2000).

A população de 0 a 14 anos em 2000 era de 19.971 e a atendida nessa mesma faixa em 2005 foi de 6.687 alunos, considerando essas duas variáveis, sem estimar a população para 2005 (desconheço esse dado estimado para 2005) já se detecta um déficit de atendimento de 66,6%. Sendo de 0 a 4 anos de 97,9% 5 a 9 de 69,2% e de 10ª 14 anos de 29,5%.

O Bairro é atendido por 16 estabelecimentos de ensino; 9 públicas (1 estadual e 8 municipais) e 7 privadas. Dos 8 estabelecimentos municipais, 5 funcionam em prédios próprios e 3 em prédios alugados. A matrícula inicial de todas etapas / modalidades de ensino em 2005 foi de 11.394.

No Bairro não consta atendimento público de educação infantil (em creches e escolas municipais). As crianças de 4 a 5 anos são atendidas através da com de 1.286 vagas a rede privada (Projeto – Pré – Escola para Todos)

As Escolas que atendem ao bairro são:

- 01. CE Dó Ré Mi
- 02. CE O Mundo de Sophia
- 03. CE Integrado
- 04. Colégio Alegria e Saber
- 05. Colégio Encanto Unidade II
- 06. Instituto Educacional Canaã Ltda
- 07. Instituto Educacional O Mestre
- 08. E.E. Profª Ana Julia de C Mousinho
- 09. E.M. Profª Terezinha Paulina de Lima
- 10. E.M. N. Sra da Apresentação (prédio alugado)
- 11. E.M. Profª Dalva de Oliveira
- 12. E.M. Profª José de Andrade Frazão
- 13. E.M. Reginaldo Ferreira Neto
- 14. E.M. Profª Waldson Bastos Pinheiro
- 15. E.M. Profª Eudo José Alves (prédio alugado)
- 16. E.M. Profª Laércio Fernandes Monteiro (prédio alugado)

As escolas municipais: N. Sra da Apresentação, Profª Dalva de Oliveira e Prof. Eudo José Alves estão na área da Intervenção Integrada, que em 2000 abrigava mais de 25.000 habitantes. Essas escolas em 2005, atenderam a 2.365 alunos do Ensino Fundamental, sendo a Escola Municipal Profª Dalva de Oliveira, com turno intermediário, e a 639 alunos da Educação de Jovens e Adultos no Turno Noturno.

Para 2006, a SME extingue o turno intermediário em 9 escolas, permanecendo apenas 6 escolas das 15 que funcionaram em 2005, porém a E. M. Profª Dalva de Oliveira continuará atendendo nesse turno.

1.2.2 Planalto

Localizado na Zona Oeste da cidade, o Bairro em 2000 (IBGE-Censo 2000) tinha uma população de 14.314 habitantes. A população de 0 a 14 anos era de 5.441 o que representava 38,0% do total.

Em 2005, o parque escolar era formado por dois estabelecimentos de ensino: Centro Municipal de Educação Infantil Profª Salete Bila e E. M. Estudante Emanuel Bezerra que, juntos, atenderam a 1.471 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos. A Escola Municipal Emanuel Bezerra funcionou com o turno intermediário, o Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano).

O déficit de atendimento na faixa etária de 0 a 14 anos é de 73,0%.

O bairro não tem atendimento de Creche, Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio (responsabilidade do governo do Estado).

As crianças de 0 a 6 anos – Educação Infantil só são atendidas pelo Centro Municipal de Educação Infantil Profª Maria Salete Bila na faixa etária de 4 a 5 anos.

2 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Política Municipal

A Política de Assistência Social, implementada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, configura-se como uma Política Pública de Seguridade Social, conforme estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742 de 07/12/1993, em consonância com a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a nova Norma Operacional Básica – NOB/SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Esta Política Municipal é também orientada pelas legislações específicas da Assistência Social: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Estatuto do Idoso, bem como pelas suas diversas Políticas: a Política Nacional de Segurança Nutricional e Alimentar, a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Plano Nacional de Política para as Mulheres.

A partir desses marcos legais e conceituais, a Assistência Social deixou de ser, em tese, uma alternativa de direito, ou dever moral, ajuda ou favor, para transformar-se em *direito ativo ou positivo*² da mesma forma, que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial pontual e emergencial para transformarem-se em sujeitos detentores do direito à proteção devida pelo poder público. Nesse sentido, o Estado tem o dever de afiançar os direitos sociais, de forma descentralizada, transparente e com a participação efetiva da sociedade civil organizada, mantendo, porém, a primazia da responsabilidade.

A implementação desse sistema descentralizado, participativo e fundado na municipalização exige um novo desenho político-institucional que garanta não somente a primazia do Poder Público, mas um comando único em cada uma das três esferas de governo, além de gestão compartilhada, com a participação da sociedade civil e dos usuários nos serviços e programas sociais públicos, constituindo-se em um amplo Pacto pela Inclusão Social, na cidade do Natal e sua Região Metropolitana.

É importante, portanto, a articulação do poder público com as organizações não-governamentais, tendo em vista a construção de uma sólida parceria do Estado com as entidades sociais, em novas

² Segundo Pereira (1996) Direito Ativo ou Positivo refere-se à qualidade peculiar dos direitos sociais de se concretizarem em Políticas Públicas mediante efetivo comprometimento do Estado com o bem-estar de indivíduos e grupos.

bases de compromisso ético, bem como em um novo acervo normativo que regule os benefícios fiscais e sistemas de avaliação para acesso aos fundos governamentais.

Essa nova Política da Assistência Social deverá realiza-se de forma articulada e integrada às demais políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, na perspectiva de seu enfrentamento, em busca da garantia dos mínimos sociais; do provimento de condições para atender contingências e da universalização dos direitos sociais, tendo, ainda, a provisão de necessidades garantidas no orçamento público.

Neste sentido, a Assistência Social consolida-se como Política de provisão de Seguranças Sociais aos segmentos populacionais em situação de risco ou vulnerabilidade, através de um conjunto de programas, projetos, benefícios e serviços de acolhida, convívio, autonomia e garantia de renda, objetivando:

- Prevenir e reduzir situações de risco social e pessoal;
- Proteger pessoas e famílias vulnerabilizadas e vitimizadas independente de idade, sexo, raça e etnia;
- Criar condições e possibilidades de ressocialização e inclusão social;
- Monitorar exclusões, vulnerabilidades e riscos sociais da população.

Para tanto, se faz necessário à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se constitui num sistema articulado de serviços, com padrão de qualidade nacional, investimento em Redes de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, hierarquizadas por níveis de complexidade e que afiancem os direitos às Seguranças Sociais.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e sócias. Objetiva, também, a proteção ao ciclo de vida, isto é, o dimensionamento de apoios às fragilidades dos diversos momentos da vida humana, como também de apoios aos impactos dos eventos humanos que provocam vulnerabilidades. Destina-se à população em situação de vulnerabilidade, decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento às famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social podendo ser subdivididos em serviços de Média Complexidade (pessoas com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e sociais não foram rompidos) e Alta Complexidade (famílias e pessoas que se encontrem sem referência ou que necessitem ser retirados do seu núcleo familiar e comunitário).

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, tendo como foco prioritário à *Atenção às Famílias*, enquanto núcleos básicos do processo de reprodução social, visto que estas não podem ser culpabilizadas pelo seu próprio processo de exclusão.

Propõe-se a constituição de uma rede de serviços, programas, projetos e benefícios com direção universalizadora na cobertura de necessidades de proteção, fomento ao desenvolvimento humano e seguridade social, a partir da identificação territorial da concentração de riscos e situações individuais e coletivas de vulnerabilidade.

Em síntese, a Política Municipal de Assistência Social da cidade do Natal é o meio do caminho para publicização dos propósitos requeridos para consolidar uma política efetivamente pública, nesse momento de transição da nova Política Nacional de Assistência Social, em direção a construção das bases para implantação do SUAS. Nesse sentido, o conjunto dos programas. Projetos e serviços, constitui-se num instrumento de planejamento estratégico que se propõe a organizar, regular e

nortear a nova Política na perspectiva de construção do SUAS, buscando atender as reais prioridades de demandas sociais, combatendo a exclusão e promovendo a Inclusão Social³ na cidade do Natal.

2.2 Análise Situacional

A cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, cantada em prosa e versos pelos seus encantos naturais, realçados de um lado, pelo sol, mar e dunas e por outro pelo magnífico pôr-do-sol, que se descortina nas águas do Rio Potengi, é famosa também pela sua culinária, artesanato e hospitalidade do seu povo. Essa sua vocação natural e cultural, explica porque o turismo é uma das atividades econômicas de maior rentabilidade no Estado, dinamizando outras atividades comerciais, o setor de serviços e de construção civil. Intitulada a “*Noiva do Sol*” pelo nosso mais ilustre historiador e folclorista *Luís da Câmara Cascudo*, Natal é depois, de Fortaleza e Salvador, a cidade do Nordeste que atrai uma quantidade cada vez maior de turistas nacionais e internacionais.

No reverso dessas suas belezas naturais, Natal, contraditoriamente, esconde aos olhos daqueles que a visitam a realidade adversa de suas vilas, assentamentos irregulares e favelas encravadas nas periferias das quatro Regiões Administrativas da cidade, onde sobrevivem segmentos da população natalense em situação de exclusão social⁴ e com necessidades emergentes ou permanentes. Esse fato, por si só revela uma cidade profundamente desigual, com parte da sua população tendo seus direitos mais fundamentais violados, como bem analisou um dos seus estudiosos em “Um Olhar sobre Natal: tão bela e desigual”⁵.

Esta situação foi severamente agravada, a partir dos anos 90, quando seguindo as tendências nacional e regional, a cidade do Natal foi também afetada pelos impactos destrutivos das recorrentes políticas macroeconômicas recessivas do governo central: redução do crescimento econômico, rendas em queda generalizada, disseminação do desemprego de longa duração, eliminação de postos de trabalho formal e baixa capacidade de geração de novos postos, proliferação de atividades informais instáveis e intermitentes, agravados pelo aumento dos que se tornaram não empregáveis e supérfluos, anunciando os limites da condição de vida da população vulnerabilizada pela extrema pobreza.

Concomitantemente, constatou-se que nas duas últimas décadas, a população de Natal tem crescido a taxas elevadas em decorrência do grande fluxo migratório, que faz da capital do Estado o principal destino da população migrante do meio rural. Em 1980, Natal tinha uma população de 417 mil habitantes, e em 2000, segundo o último Censo/IBGE, esta população já totalizava 712.317 habitantes, significando um crescimento relativo de 71%. Ainda, segundo o IBGE, entre os anos de 1996 a 2004 vieram morar em Natal, cerca de 110 mil pessoas. E, segundo, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2000, a população residente nesta capital representava 25,65% da população do Estado e 0,42% da população do País.

Confrontando-se os dados mencionados acima com os critérios classificatórios da PNAS verifica-se que Natal é considerada como um município de grande porte (população entre 100.001 a 900.000 habitantes). Vale salientar, que nesses dados não estão incluídos a crescente demanda por proteção social que Natal recebe dos demais municípios vizinhos que formam a sua Região Metropolitana: São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará-Mirim e São José de Mipibu.

O fato de Natal ser uma cidade-pólo de sua Região Metropolitana amplia a dimensão e a complexidade dos processos de exclusão/inclusão a serem enfrentados, extrapolando a capacidade

³ Os caminhos pelos quais é possível construir a inclusão social supõem duas perspectivas. Uma mais objetiva, que é diretamente relacionada ao acesso universal e melhor distribuído aos benefícios resultantes da riqueza socialmente produzida. A outra, mais subjetiva, que diz respeito ao próprio sentimento pessoal de pertencimento ativo à vida social, à esfera pública (...) sentimento este que se vincula estreitamente ao próprio fortalecimento da identidade social de cada sujeito. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ: 2005)

⁴ Segundo SPOSATI (1996:8) “A noção de risco não implica somente a iminência imediata de um perigo, mas quer dizer também uma possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida, pela ausência de uma ação preventiva”.

⁵ FRANÇA, Mardone C.

orçamentária do município devendo, portanto, comprometer o Estado e a União. Tal ampliação exige tanto, a pactuação de consórcios intermunicipais, como a co-responsabilidade das esferas estadual e federal de governo, além da busca de outras fontes de financiamento não-governamentais.

A estrutura etária da população natalense é composta em sua maioria por jovens, apresentando 151.014 habitantes na faixa etária de dez a dezenove anos, e 130.687 na faixa de vinte a vinte e nove anos. Do total de 712.317 habitantes, 216.096 são classificados como crianças e adolescentes (abaixo de 15 anos), o equivalente a 30% da população total. No segmento etário de 16 a 24 anos estão 134.833 o equivalente a 18,9% da população natalense.

De acordo com análises de Freire (2005), a totalidade da população de Natal encontra-se distribuída em trinta e seis bairros, que formam as quatro Regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. No entanto, a população jovem concentra-se principalmente, nas Regiões Norte e Oeste (38,9% e 30,1% respectivamente). Além disso mais da metade das crianças e adolescentes do município (54%) residem nesses bairros. Essas duas regiões (Oeste e Norte) concentram, ainda, o maior número de assentamentos precários (favelas), que juntas somam quarenta e oito assentamentos e uma população de 49.499 habitantes, configurando “a combinação de juventude e pobreza morando juntas, potencializando os fatores de vulnerabilidade” e riscos pessoais e sociais.(SEMPA, 2004). Nessas regiões onde se situa a maioria dos bairros periféricos, a renda de 56% dos chefes de domicílios é menor que dois salários mínimos. As mulheres têm em média 3,7 filhos e verifica-se um número crescente de mulheres responsáveis pelo sustento da família. As taxas de analfabetismo da população de cinco anos ou mais são bem superiores, se comparadas com a média da cidade como um todo (21,8% na Região Oeste e 17,4% na Região Norte, contra 15,2 % para toda a Natal).

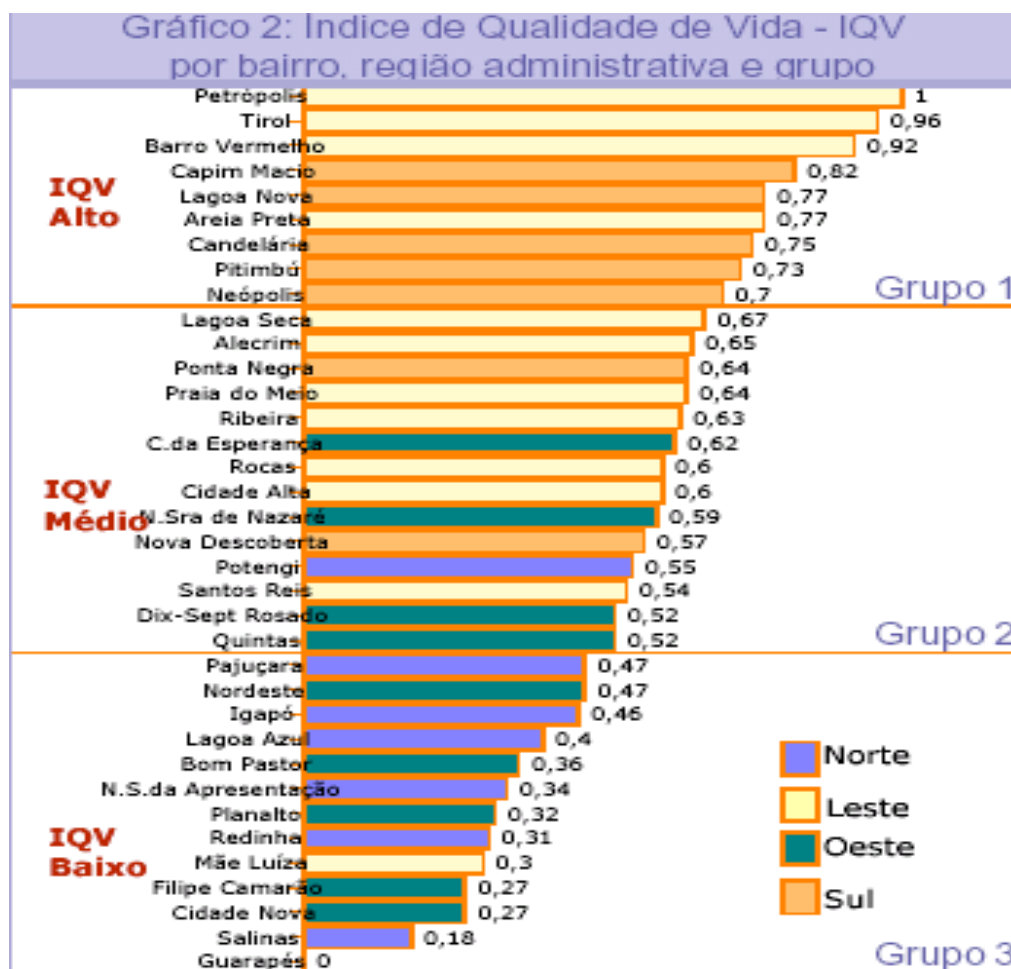
Segundo o estudo Mapeando a Qualidade de Vida em Natal (BARROSO, 2003), a maioria dos bairros com os mais baixos Índices de Qualidade de Vida – IQV – menor do que 0,5 – concentra-se nas regiões Norte e Oeste, com exceção do bairro de Mãe Luíza, que pertence a região Leste. Nesses bairros, a população apresenta a mais baixa renda, reside em domicílio com as piores condições de saneamento básico e possui o mais baixo nível de escolaridade. (Cf. Mapa e Gráfico a seguir).

Mapa 1– Distribuição Espacial do IQV por Bairro



Fonte: SEMPLA: – Mapeando a Qualidade de Vida em Natal, 2003. (Estudo de Pesquisa)

Gráfico 1 – Índice de Qualidade de Vida (IQV) por Bairro



Mapeando a Qualidade de Vida em Natal, 2003. (Estudo de Pesquisa)

Segundo os dados do Censo 2000 (IBGE), Natal é uma cidade com 41,7% dos chefes de famílias ganhando até (2) dois salários mínimos, destes 20,4% recebem até (1) um salário mínimo, estando, ainda, incluídos os 8,6% da população que não tem qualquer rendimento. Isso significa que existe uma grande parcela da população natalense vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, famílias cuja renda é inferior a dois dólares/dia *“per capita”*.

A parcela da população natalense com vínculos precários ou vulneráveis de trabalho representa 51,8% do total da população ocupada. Os que têm essa inserção precária no mercado de trabalho são assim distribuídos: 21,8% são autônomos; 10,4% são trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho; 9,0% estão ocupados com outras atividades familiares e 10,6% são empregados domésticos (DIEESE, 1999). A esse respeito, Freire (2005), afirma que em Natal, de um universo de 260 mil postos, 115 mil são postos de trabalhos precários.

Segundo os dados da Pesquisa do DIEESE/RN, realizada em novembro de 2002, a Região Metropolitana de Natal apresentava uma taxa de 17,3% de desempregados. Essa taxa é considerada elevada para o mercado urbano. A pesquisa revelou, também, que a maioria dos desempregados é jovem: 58,9% têm até 29 anos de idade, como também possuem uma escolaridade abaixo do primeiro grau: 54,4% são analfabetos ou possuem apenas o primeiro grau incompleto. Quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho de Natal, constatou-se que apenas 43,6% das mulheres estão inseridas contra um índice de 63,4% dos homens. Portanto, constata-se que a taxa de desemprego em Natal é expressivamente elevada entre os jovens, com baixos níveis de escolaridade sobretudo entre as mulheres.

O agravamento dessa situação é ocasionado pelo aumento do número das mulheres que são responsáveis pelo sustento da família. Em 2000, 30,28% dos domicílios de Natal eram chefiados por mulheres, ou seja, rendimentos de quase um terço das mulheres trabalhadoras não tem caráter complementar, ao contrário, financiam a manutenção da casa e da família. Para as mulheres são destinados os setores menos valorizados do mercado e as atividades em regressão. Recebem salários menores por tarefas iguais e têm dificuldade de chegar aos postos de comando. Sua presença é marcante no mercado informal e ocupam 80% dos empregos precarizados. Portanto, o desemprego, o aumento dos empregos informais e a posição ocupada pelas mulheres de chefes de suas famílias estão na raiz da situação de vulnerabilidade familiar. A Tabela abaixo apresenta a evolução dos indicadores dessa vulnerabilidade.

Quadro 4 – Natal: Indicadores de Vulnerabilidade Familiar, 1991 e 2000

	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,4
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	8,8	7,7
% de crianças em famílias com renda inferior à ½ salário mínimo	42,1	41,8
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	9,8	6,1

ND = não disponível. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

A vulnerabilidade aos processos de empobrecimento acelerado, aos quais estão submetidas essas famílias, está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos seus membros, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos seus ciclos de vida. Portanto, as condições de vida de cada pessoa dependem menos de sua situação específica, que daquela que caracteriza sua família. Por isso, a nova PNAS considera a diversidade sociocultural das famílias, na medida em que estas são, muitas vezes, movidas por hierarquias consolidadas e por uma solidariedade coativa que redundam em desigualdades e opressões. Por todas essas razões, a Política de Assistência Social deve contribuir de maneira decisiva, no processo de emancipação da família, por meio de uma rede de segurança, capaz de impedir que este sujeito coletivo resvale para baixo do limiar socioeconômico satisfatório.

No que se refere à distribuição de renda da população natalense entre 1991 e 2000, acentuou-se a desigualdade, pois foram os extratos mais pobres da população que mais perderam participação na apropriação da renda. Enquanto, o extrato dos 20% mais ricos aumentou sua participação de 65% para 68,6%, o extrato dos 20% mais pobres teve sua participação reduzida de 2,6% para 1,9%. (DIEESE, 2002). O Índice de Gini passou de 0,60 em 1991 para 0,64 em 2000, confirmando o aumento da desigualdade.

Paradoxalmente, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Natal cresceu 7,5%, passando de 0,733 em 1991 para 0,788 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 48,5%, seguida pela Renda, com 28,8% e pela Longevidade, com 22,7%. Entretanto, se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, Natal levaria 18,4 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919). Em relação aos outros municípios do Brasil, Natal apresenta uma situação boa: ocupa a 838ª posição, sendo que 837 municípios (15,2%) estão em situação melhor e 4.669 municípios (84,8%) estão em situação pior ou igual. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Natal está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002)

Em relação à população idosa, pessoas com 60 ou mais anos de idade, conta-se hoje com 56.269, o que representa 7,89% da população total. Para cada 2 idosos no município de Natal existem 11 jovens. A distribuição da população idosa no território da cidade apresenta discreta variação: 22%

residem na Região Administrativa Norte; 24% na Região Sul; 26% na Região Oeste; e 27% na Região Leste da cidade. O Programa SOS Idoso da SEMTAS, no período de janeiro a dezembro de 2004, atendeu a 263 idosos (0,47% da população estimada para o segmento) sendo 66% dos casos suscitados pelo Disque-Denúncia e 34% encaminhados pela Promotoria de Justiça e Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência e Idosos. Um dado preocupante se refere à insuficiência de renda desses idosos. Constatou-se que uma das justificativas mais comuns para a mendicância, nas ruas da cidade, é a necessidade de complementação da renda familiar.

No que diz respeito às pessoas com deficiência o Censo (2000) – IBGE, registrou que o Rio Grande do Norte é um dos cinco estados do país com o maior número de pessoas com deficiência, tendo 17,64% de sua população total incluída nessa condição. Grande parte desse segmento vive em Natal perfazendo um total de 102.793 que significa 21,7% de sua população, situando-se um pouco acima do percentual verificado no Estado. Em Natal, das pessoas que possuem pelo menos um tipo de deficiência, 11,8% são deficientes mentais e 3,2% são tetraplégicos ou hemiplégicos permanentes; no Estado esses percentuais são de 10,9% e 3,1% respectivamente.

As pessoas com deficiência, potenciais usuárias dos serviços e ações de competência da Assistência Social, compreendem todas as faixas etárias, em situação de vulnerabilidade e com deficiências: física/motora, mental leve e moderada, visual, auditiva e múltiplas, sejam essas deficiências temporárias ou permanentes. Para essas pessoas a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, assegura em seu Artigo 2º: **a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.**

Em relação à população em situação de rua, na cidade do Natal, o ***Programa Canteiros Reconstituindo Vidas*** do Departamento de Proteção Social Especial da SEMTAS, em levantamento recente identificou nos semáforos da cidade a presença de 156 pessoas exercendo atividade de limpadores de pára-brisas. Desse total, 2 são crianças, 48 adolescentes e 106 jovens; 86% pertencem ao sexo masculino e 14% ao feminino; 75% residem na Região Oeste, principalmente, nos Bairros Guarapes e Cidade da Esperança, 14% residem na Região Norte, 1% na Região Sul, nenhum na Região Leste e **6% declararam morar na rua.**

Analisando as estatísticas mais recentes deste Programa constata-se um elevado percentual, estimado em uma média de 70% de reincidência de crianças, adolescentes e jovens que se utilizam de estratégias de sobrevivência nos canteiros da cidade, como por exemplo vendendo doces e frutas, pedindo esmolas e limpando pára-brisas. Essa população em situação de rua, com acesso eventual e precário aos mínimos sociais trava, cotidianamente, nas ruas, canteiros e semáforos da cidade uma luta, sem vencedores, pelo direito a sobrevivência. Circundam seu cotidiano, riscos e incertezas como: a pobreza absoluta; a evasão escolar de crianças e adolescentes; exclusão de jovens e suas famílias do mercado formal de trabalho; a exposição a fatores que podem conduzir à prática de pequenos delitos⁶; ao uso e abuso de drogas e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nessa trajetória de rua estão as vítimas do abandono, orfandade, ruptura de vínculos afetivos e familiares, da violação de direitos, abusos, maus tratos, exploração sexual, dependência química, exploração do trabalho infanto-juvenil e intolerância, fenômenos tipicamente urbanos que estão enraizados nas profundas desigualdades sociais e históricas que ainda, na atualidade, compõem os cenários das capitais brasileiras. Em Natal esta dramática realidade só é minimizada pelo fato de que a cidade é no ranking das 27 capitais brasileiras, a segunda capital com a menor incidência de violência entre jovens de 15 a 24 anos (UNESCO, 2004).

Este cenário, ainda que insuficiente pela exigüidade dos dados disponíveis, indica a necessidade urgente de um conjunto de políticas públicas integradas e inclusivas, sem as quais se agravarão as situações de riscos, vulnerabilidades e exclusões, rompendo o patamar civilizatório da dignidade humana.

⁶ Como adverte Alcock apud Pereira (1996:60), nessas condições de exclusão, “se as pessoas não apelarem para estratégias de sobrevivência, que podem incluir o trabalho escravo ou semi-escravo, a mendicância, a prostituição, o furto, o roubo, etc, elas perecerão”. Isto significa que crianças, adolescentes e jovens, na presença de maiores fatores de risco poderão ter menores oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades e redução do seu potencial de vida, além de estarem sujeitos a resvalarem para a criminalidade e violência e de serem suas maiores vítimas, sobretudo, na ausência de uma efetiva ação preventiva emergencial.

Ao se dar conta dessa realidade da cidade, hoje habilitada na Gestão Plena da Assistência Social, a SEMTAS assume o compromisso inadiável de promover uma ampla mobilização pela consolidação definitiva do SUAS/Natal e pela Inclusão Social fundamentada na equidade e universalidade da cidadania, tendo em vista que a Prevenção aos riscos pessoais, sociais ou territoriais e a Proteção Social são de responsabilidade tanto do Poder Público, quanto do conjunto da sociedade.

2.3 Diretrizes / Prioridades

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, ora habilitada no nível de Gestão Plena do SUAS, constitui-se no órgão da administração direta da Prefeitura da cidade do Natal, responsável pela implementação de grandes Políticas Públicas, quais sejam: Trabalho, Habitação, Segurança Alimentar e Assistência Social. Com trabalho consolidado há quase vinte anos, essa Secretaria tem como missão: “Desenvolver Políticas Públicas comprometidas com o CIDADÃO em situação de pobreza, falta de trabalho e de habitação, construindo, de forma ética e solidária, condições efetivas para a conquista da cidadania”.

Em sintonia com a sua missão e para nortear o conjunto das ações previstas, a SEMTAS realiza anualmente, sua Oficina de Planejamento Estratégico, onde a partir da análise situacional e das propostas aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social de Natal, (re)define os seus propósitos e diretrizes priorizando, para o quadriênio (2005 – 2008), os seguintes eixos:

- (Re)ordenação Organizacional;
- (Re)qualificação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos;
- Serviços Sociais de Qualidade e de Garantia de Direitos;
- Gestão Descentralizada e Participativa.

A partir da definição desses eixos o Plano Municipal da Assistência Social (2005 – 2006), em execução, tem como prioridade as seguintes ações previstas nesse Plano Municipal:

- Ampliar de 05 (cinco) para 10 (dez) o número de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS/CRISP, portas de entrada do SUAS, localizados estrategicamente em áreas de concentração de riscos, onde se desenvolvem o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF;
- Construir equipamentos sociais para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade como: abandono, velhice, doença ou circunstâncias emergenciais, como previsto no Projeto Integrado de Implantação da Rede de Proteção Social - **Complexo Cidadania**, que prevê a construção de (4) quatro Centros de Referência/Acolhimento e Abrigo: para pessoas com deficiência, para idosos, para minorias e população em situação de rua e o Centro Integrado da Infância e Juventude;
- Reordenação da estrutura organizacional da SEMTAS no sentido de sua adequação à nova Política de Assistência Social e a implementação do SUAS, redimensionando Programas, Projetos e Serviços, com vistas a uma maior articulação, efetividade social e garantia de direitos fundamentais;
- Valorização dos servidores técnico-administrativos investindo na sua qualificação permanente, promovendo o desenvolvimento humano e organizacional, no que tange a gestão do SUAS e da Política de Assistência Social;
- Desenvolvimento de políticas públicas integradas que previnam as situações de abandono, discriminação e violação de direitos e contribuam com a Inclusão Social de idosos, pessoas com deficiência, jovens, mulheres e minorias, com prioridade absoluta para crianças, adolescentes e suas famílias, assegurando que todos os serviços socioassistenciais tenham centralidade na FAMÍLIA;
- Divulgação ampla dos serviços, benefícios e direitos sociais, bem como da destinação dos recursos oriundos do Poder Público, implantando um Sistema de Informações e Ouvidoria, garantindo o monitoramento, a transparência e o controle social.

Com a realização da última Conferência Municipal da Assistência Social no ano em curso, que teve como tema “SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para a implementação da Política Nacional de Assistência Social”, reafirma-se e amplia-se esses e novos princípios, diretrizes e metas que passaram a compor a versão final do Plano Municipal de Assistência Social (2005 - 2006) da cidade do Natal.

Diante do exposto acredita-se que, para a viabilização destas diretrizes e prioridades, é imprescindível uma maior aproximação da realidade cotidiana da população socialmente excluída da cidade e do seu entorno. Neste sentido, considera-se que ao manter o rigor analítico e a atualização acerca da situação da exclusão/inclusão na cidade do Natal, cria-se um instrumento estratégico capaz de subsidiar a elaboração de diagnósticos que fundamentem a definição destas prioridades e metas, considerando a coerência territorial entre serviços prestados e o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade, de modo a dirigir-se para a universalização do acesso a direitos e serviços sociais qualificados.

2.4 Programas, Projetos e Serviços da SEMTAS

Em conformidade com os ditames da Legislação Social, da Política Nacional de Assistência Social e da NOB/SUAS, a SEMTAS desenvolve um conjunto de ações, projetos, programas, serviços e benefícios, que se pretende potencializar e expandir a cobertura da atenção aos diversos segmentos etários, pessoas e famílias, em diferentes condições de vulnerabilidade, abrangendo as quatro regiões administrativas do município do Natal.

O ponto de partida das estratégias de implementação consiste em operacionalizar os programas, projetos, ações e serviços agrupando-os, em duas grandes áreas de Proteção Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

2.4.1 Proteção Social Básica

Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, tendo como foco prioritário a *atenção às famílias*, enquanto núcleo básico do processo de reprodução social, visto que estas não podem ser culpabilizadas pelo seu próprio processo de exclusão. Os serviços de Proteção Social Básica, desenvolvidos pela SEMTAS são:

- **Proteção Social Básica à Família – (PAIF):** programa desenvolvido, através de cinco **Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)**, localizados estrategicamente, em áreas de pobreza do município do Natal (Redinha , Salinas, Pajuçara, Felipe Camarão e Guarapes).
- **Bolsa Família:** programa de transferência de renda com condicionalidades, conforme a situação socioeconômica das famílias e sua composição familiar. A SEMTAS, através do Cadastro Único, inscreveu 80 mil famílias em Natal. Destas, **54.610 famílias** estão incluídas em Programas de Transferência de Renda, beneficiadas pelo **Bolsa Família**, conforme dados da Caixa Econômica (dezembro de 2004);
- **Atenção a Pessoa Idosa (API-Conviver):** atende **53 grupos** de convivência e socialização de idosos.
- **Proteção Social às crianças de 0 a 6 anos:** promove o atendimento em **57 creches**, sendo 48 da rede própria e 9 da rede conveniada, atendendo um total de **6.730 crianças**;
- **Programa Agente Jovem de Desenvolvimento:** atende **700 adolescentes, na faixa etária de 15 a 17 anos:** com transferência de bolsa-auxílio para jovens e suas famílias, proporcionando capacitação teórica e prática, por meio de atividades que configurem trabalho protegido (conforme o ECA) possibilitando a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado de trabalho formal.

2.4.2 Proteção Social Especial

Constitui-se a modalidade de atendimento às famílias e pessoas que se encontrem em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, violação de direitos, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, situação de trabalho infantil, entre outros.

Os serviços de Proteção Social Especial são subdivididos em: Serviços de Média Complexidade (aqueles serviços que oferecem atendimento às famílias com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos) e os Serviços de Alta Complexidade (que garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido às famílias e pessoas que se encontrem sem referência e/ou ameaçados e que necessitem ser retirados do convívio familiar e social).

São ações de **Proteção Social Especial de Média Complexidade**, desenvolvidas pela SEMTAS:

- **Plantão Social:** atende pessoas e famílias, em situação de extrema pobreza, em suas necessidades mais imediatas e em situações emergenciais. A média mensal do **Plantão Social é de 1.000 atendimentos diretos** com acesso imediato à cestas básicas; urnas funerárias; lençóis; colchões; guias para 1ª via do documento de identidade; fraldas descartáveis e contratos de locação de imóveis em casos de calamidade pública.
- **Abordagem à população em situação de rua:** com fins educativos e preventivos, o Programa **Canteiros Reconstituindo Vidas** atende integralmente através de **abordagem direta à crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e suas famílias**, em situação de rua e ex-limpadores de para-brisas com bolsa de R\$ 75,50;
- **Proteção Social Especial a Pessoa Idosa (API-Domiciliar):** garante a proteção social especial, através do atendimento integral à **idosos** através de Visitas domiciliares; Concessões de cestas básicas mensalmente; Acompanhamento psicológico; Concessões de kits de higiene para:
 - **Idosos** que se encontram em situações de risco pessoal e violação de direitos, em caráter domiciliar, considerando o nível de dependência, desenvolvendo atividades que promovam a inclusão desses idosos em redes sociais de atendimento;
 - **Enfretamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Sentinela):** as atividades desenvolvidas prestam atendimento especializado à **crianças e adolescentes e suas famílias**, vítimas de abuso e violência sexual, a fim de fortalecer sua auto-estima e restabelecer o direito à convivência familiar e social;
 - **Prevenção e Erradicação de qualquer forma de Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (PETI):** desenvolve atividades com o objetivo de prevenir todas as formas de trabalho infantil, com vistas a sua erradicação, promovendo também a proteção do trabalhador adolescente contra o trabalho insalubre, perigoso e degradante, atendendo atualmente **2.878 crianças e adolescentes e suas famílias**;
- **Centro de Referência “Mulher Cidadã”:** desenvolve um trabalho de atendimento mensal à **mulheres** vítimas de violência, em defesa dos seus direitos, com apoio e orientação jurídica, psicológica e social.

São ações de **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, desenvolvidas pela SEMTAS:

- **Acolhimento Temporário para Crianças e Adolescentes em situação de risco (Casa de Passagem I, II e III):** garante o abrigamento mensal, em caráter provisório e excepcional, à crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal, que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, tendo em vista, o retorno à convivência familiar e comunitária;
- **Casa/Abrigo Clara Camarão:** abrigamento protegido e atendimento biopsicosocial mensal à mulheres que se encontrem sob custódia, bem como aos seus filhos(as).

2.5 O Panorama Atual da Oferta de Serviços Sócioassistenciais

O campo socioassistencial, ou seja, o campo de intervenção da Política Pública do Trabalho e da Assistência Social no município de Natal, vem procurando contribuir com o enfrentamento das desigualdades sociais e dos mecanismos que a gestam. As ações e serviços da Assistência Social abrangem todas as Regiões Administrativas da capital, contudo, alguns bairros, especificamente das Regiões Administrativas Norte e Oeste, se colocam fora da área de abrangência dos núcleos da Assistência Social já existentes, inviabilizando o atendimento integral com qualidade, acessibilidade e equidade à todos os que precisam da Proteção Social Básica e Especial.

Com a implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano, Integral e da Inclusão Social – Natal do Futuro, será possível potencializar as áreas de maior vulnerabilidade e risco social das Regiões Administrativas supracitadas, particularmente os bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul (R. A. Norte) e bairro Planalto (R. A. Oeste), cujos indicadores sociais representam fortes potenciais ao agravamento de questões sociais como o desemprego, moradia precária, concentração de baixa renda, exclusão social, baixa escolaridade, escassez da infraestrutura de saneamento básico, serviços de saúde, educação e assistência social. Essas áreas concentram os mais altos índices de pobreza e exclusão social da cidade, conformando o crescimento de áreas informais e a abrangência de pólos de segregação social e espacial.

Conforme o quadro abaixo, é possível visualizar a ineficiência da cobertura no atendimento dos Programas da Assistência Social à população da capital, segundo Regiões Administrativas:

Quadro 5 – Natal: localização dos programas por região administrativa - 2006

Região Administrativa	Bairro	Programas
Norte	Lagoa Azul	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • PETI • Creche
	Pajuçara	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • PETI; • Agente Jovem; • Proteção Básica à Família – CRAS • Casa dos Ofícios (trabalho e renda – cursos de qualificação)* • Creche
	Potengi	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • Agência do Cidadão – (Intermediação de mão-de-obra; fomento aos empreendimentos)* • Creche
	Nossa Srª da Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Creche (prédio locado)
	Redinha	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem; • Proteção Básica à Família – CRAS • Creche
	Igapó	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem; • Programa Conviver – Idosos; • PETI • Creche
	Salinas	<ul style="list-style-type: none"> • PETI; • Proteção Básica à Família – CRAS • Agente Jovem • Creche
Sul	Lagoa Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • Programa Abrigo • Programa Canteiros • Creche
	Nova Descoberta	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • Programa Abrigo • Creche • PRODAM – Artesanato Municipal*
	Candelária	
	Capim Macio	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Creche • Agência do Cidadão – (Intermediação de mão-de-obra; fomento aos empreendimentos)*
	Pitimbu	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Neópolis	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Ponta Negra	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • Creche

Leste	Santos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI • Creche
	Rocas	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI • Programa Conviver – Idosos • Creche
	Ribeira	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Creche
	Praia do Meio	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil • Creche
	Cidade Alta	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil • Programa Conviver – Idosos • Creche
	Petrópolis	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil • Programa Conviver – Idosos
	Areia Preta	
	Mãe Luiza	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Alecrim	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Creche
	Barro Vermelho	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Tirol	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem
	Lagoa Seca	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Brasília Teimosa	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI • Creche

Quadro – Continuação

Região Administrativa	Bairro	Programas
Oeste	Quintas	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil • Creche • Agência do Cidadão – (Intermediação de mão-de-obra; fomento aos empreendimentos)* • Ações da Economia Solidária* • Casa dos Ofícios (trabalho e renda – cursos de qualificação)*
	Nordeste	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos; • Creche
	Dix-Sept-Rosado	<ul style="list-style-type: none"> • Plantão Social (SEMTAS)** • Centro de Referência Mulher Cidadã (SEMTAS)** • Cadastro Único – Bolsa Família (SEMTAS)** • Benefício de Prestação Continuada- BPC (SEMTAS)** • Creche
	Bom Pastor	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Creche
	Nazaré	<ul style="list-style-type: none"> • Creche
	Felipe Camarão	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem; • Proteção Básica à Família – CRAS • Creche
	Cidade da Esperança	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • Programa Conviver – Idosos • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI • Creche
	Cidade Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI • Casa dos Ofícios (trabalho e renda – cursos de qualificação) * • Creche
	Guarapes	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Conviver – Idosos • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI • Creche
	Planalto	<ul style="list-style-type: none"> • Creche

* As ações de trabalho e renda; Casa dos Ofícios; Agência do Cidadão e PRODAM, levam atendimento aos bairros no entorno das referidas áreas em que se localizam as sedes.

** As ações centralizadas na sede da SEMTAS realizam atendimento à todas as Regiões administrativas da cidade.

*** Os bairros grifados com cor amarela estão previstos no Programa Natal do Futuro na componente urbanização integrada, os quais serão necessários a elaboração do Plano de Trabalho Social e a Pesquisa Censitária.

A proposta da Assistência Social junto ao Natal do Futuro é viabilizar através da implantação dos CRISP's, especificamente nos bairros de Nossa Sr^a da Apresentação, Lagoa Azul e Planalto, a integração de todas as ações da SEMTAS num mesmo espaço físico, levando às famílias residentes nessas áreas serviços, ações e projetos de inclusão social e produtiva, de modo a ampliar a Rede de Proteção Social Existente.

A implantação do Complexo Cidadania constitui-se como espaço de Proteção Social Especial para toda cidade, atendendo através de ações de acolhimento, abrigamento, socialização, qualificação e inclusão produtiva as famílias e os usuários diretos dos Centros de Referência quais sejam: Pessoas idosas; população em situação de rua; crianças e jovens, pessoas com deficiência e pessoas em situação de desemprego e/ou trabalho precário. Pretende-se reinserir esses usuários na sociedade e no mercado de trabalho, de forma a investir no protagonismo e na potencialização de suas capacidades, gerando trabalho, renda e inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei nº 5.650, de 20 de maio de 2005 – **Plano Municipal de Educação do Município de Natal – 2005-2014** DOM de 11 de junho de 2005.

Lei nº 5.661, de 27 de julho de 2005 – **Plano Plurianual – 2006-2009** DOM de 20 de agosto de 2005.